

TERMO DE CONVÊNIO Nº 07/2013

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, E O INSTITUTO RUI BARBOSA - IRB, PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E ATIVIDADES INERENTES À INTEGRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, doravante denominado **TCM/PA**, sediado na Travessa Magno de Araújo, 474 – Bairro Telégrafo Sem Fio, CEP: 66113-055- Belém-PA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.789.665/0001-87, neste ato representado pelo seu Presidente, o Conselheiro **José Carlos Araújo**, e o **INSTITUTO RUI BARBOSA - IRB**, com sede na Av. Teotônio Segurado, 102 Norte, Conj. 01, Lts. 1 e 2, em Palmas, inscrito no CNPJ/MF sob nº 58.723.800/0001-10, doravante denominado **IRB**, representado neste ato por seu Presidente, o Senhor **Severiano José Costandrade de Aguiar**, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Tocantins, domiciliado funcionalmente na Avenida Teotônio Segurado, Conj. 01, Lts. 1 e 2, em Palmas - TO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 337.827.923-00, portador da Cédula de Identidade nº 541.683 – SSP-PI, resolvem celebrar entre si o presente Termo de Convênio, que se regerá pelas normas vigentes aplicáveis, em especial o disposto no art. 116 da Lei nº 8.666/93, e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Termo tem por objeto estabelecer a cooperação entre o **TRIBUNAL DE CONTAS** e o **IRB** para o desenvolvimento de projeto e atividades de natureza técnica e científica, visando o fortalecimento da integração e modernização dos Tribunais de Contas do Brasil, em especial para:

- I – Criar e estruturar grupos de trabalho para estudar, pesquisar e investigar a organização e os métodos e procedimentos de controles externo, viabilizando, se necessário, a estruturação e implementação dos produtos definidos, tais como: consultorias, softwares, equipamentos e materiais;
- II - promover e incentivar a realização de Congressos, Seminários, Fóruns, Encontros ou Cursos;
- III - publicar e divulgar entre os associados obras nacionais e estrangeiras, trabalhos técnicos apresentados em Congressos e outros eventos internacionais de órgãos de controle das finanças públicas e as atividades desenvolvidas com os recursos desse Convênio;
- IV - promover a formação continuada e a certificação dos profissionais de auditoria pública,
- V - coordenar a operação do Portal e Rede Controle Público dos Tribunais de Contas ([HTTP://www.controlepublico.org.br](http://www.controlepublico.org.br)).

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES

I – São obrigações do TRIBUNAL DE CONTAS:

1. transferir recursos ao IRB, conforme previsto no Plano de Trabalho;
2. disponibilizar as informações necessárias para execução do objeto do presente Termo de Convênio;
3. exigir as prestações de contas na forma e nos prazos fixados neste instrumento;
4. atestar a execução do convênio nos termos avençados;
5. emitir parecer sobre a regularidade das contas e da execução do convênio.

II – São obrigações do IRB:

1. designar responsável para supervisionar a execução do Convênio;
2. aplicar as informações recebidas do TRIBUNAL DE CONTAS na execução do presente Termo de Convênio;
3. aplicar os recursos recebidos do TRIBUNAL DE CONTAS na execução do objeto do Convênio;
4. prestar contas dos valores recebidos do TRIBUNAL DE CONTAS para execução do presente Termo de Convênio;
5. Disponibilizar ao TRIBUNAL DE CONTAS, em cada Congresso, Seminário, Fórum, Encontro ou Curso promovido com os recursos previstos neste Convênio, duas vagas para participação de técnicos indicados pelo TRIBUNAL DE CONTAS.
6. observar as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e da Lei nº 10.520/02, esta quando for o caso, quando da realização de contratações de serviços com os recursos transferidos por conta deste convênio;
7. Comunicar, tempestivamente, os fatos que poderão ou estão a afetar a execução normal do convênio para permitir a adoção de providências imediatas pelo TRIBUNAL DE CONTAS.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Serão proporcionados, com a necessária presteza, através de solicitações recíprocas, orientações e esclarecimentos suplementares, necessários à execução dos trabalhos e à emissão dos relatórios pertinentes a este Termo de Convênio.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os Partícipes assegurarão aos seus representantes designados, a qualquer tempo, o acesso à documentação necessária à efetivação das atividades previstas neste Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES

Para execução do objeto deste convênio, dar-se-á o valor anual de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), que será depositado em conta específica indicada pelo IRB, em 2(duas) parcelas de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), sendo a primeira a

ser liberada até 30 de setembro e a segunda até 30 de novembro de cada ano, conforme dotação orçamentária a seguir:

Unidade Orçamentária:
Fonte:

Elemento de Despesa:
Empenho Número:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os recursos serão aplicados com observância do Plano de Trabalho constante do Anexo I, parte integrante deste convênio.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os saldos do Convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança ou, quando a sua utilização verificar-se em prazo inferior a um mês, em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, em instituição financeira oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As receitas financeiras auferidas na forma do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do Convênio e aplicadas, exclusivamente, no seu objeto, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

PARÁGRAFO QUARTO - Os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao **TRIBUNAL DE CONTAS**, quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Convênio, no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias do evento.

PARÁGRAFO QUINTO - Os produtos previstos na Cláusula Primeira poderão ser objeto de aditamento de valor ao presente instrumento, caso haja a opção, pelas partes convenientes, de aquisição ou desenvolvimento de uma solução compartilhada.

CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O IRB deverá apresentar a prestação de contas final, obedecendo à forma definida em lei, até noventa dias após o término do Convênio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O IRB apresentará ao **TRIBUNAL DE CONTAS**, até o dia 30 de março do exercício seguinte ao da liberação dos recursos, a prestação de contas parcial dos valores recebidos e aplicados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A não execução do objeto, a aplicação dos recursos de forma diversa da estabelecida neste Termo de Convênio ou a não prestação de contas parcial ou final, no prazo exigido, ensejará a obrigatoriedade de restituição ao **TRIBUNAL DE CONTAS** dos valores, devidamente corrigidos, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação.

CLÁUSULA QUINTA - DA EFICÁCIA E DA VIGÊNCIA

Este Termo de Convênio terá vigência a partir de sua assinatura, até o dia 31/12/2014, podendo ser prorrogado mediante aditamento, de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA SEXTA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente Termo poderá ser denunciado por qualquer dos Partícipes, mediante notificação ao outro com pelo menos sessenta dias de antecedência e poderá ser rescindido a qualquer momento por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições, sem prejuízo da apuração de responsabilidades financeiras assumidas e correspondentes ao período anterior à comunicação da intenção de denúncia.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo pelos Partícipes mediante aditamento.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca da sede do Instituto Rui Barbosa, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas oriundas deste Convênio não resolvidas por comum acordo dos Partícipes.

E, por estarem justos e acertados, os Partícipes firmam o presente em duas vias de igual teor e forma para um só efeito.

Beleury, P.A., em 04 de 08 de 2013.

Conselheiro José Carlos Araújo
Presidente do Tribunal de Contas dos
Municípios do Estado do Pará-TCM/PA

Conselheiro Severiano José
Costandrade de Aguiar Presidente
do Instituto Rui Barbosa

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____